

Memória 46ª Reunião Ordinária – Teixeira de Freitas, 27 de agosto
LISTA DE PRESENÇA

Nomes	Instituição
1- Paulo Dimas Rocha Menezes	1- Secretaria Executiva
2- Marcia Marcial	
3- Ednéa M. Ferreira	2- Movimento de Defesa de Porto Seguro - MDPS
4- Wilson Andrade	3- Associação Baiana das Empresas de Base Florestal - ABAF
5- Fábio Fernandes	4- Ministério Público Teixeira de Freitas
6- Maria José Zakia	5- Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais IPEF
7- Itucuri Santos Santana	6- Cooplangé
8- Alvaír S. Nascimento	
9- Matias S. da Conceição	
10- Elson Mendes	7- Caravelas Florestal
11- Luíza Esteves	
12- Raíssa T. Côrtes	8- Instituto BioAtlântica - Ibio
13- Rodrigo Borges	
14- Juliano Dias	9- Fibria
15- Lausanne Soraya Almeida	
16- Tathiane Santi Sarcinelli	
17- Elisângela Silva Oliveira	
18- Albert Franco Sartório	10- Ass. Produtores Florestais do Extremo Sul - ASPEX
19- Romildo Afonso da Silva	11- Associação Com. Beneficente Nova Caraíva - ASCBENC
20- Anilson da Silva Dias	
21- José Dilson da Silva Dias	12- Coop. Reflor. Mata Atlântica Ext. Sul Bahia / Coopplantar
22- Jorge Geraldo da Silva	
23- Célio R. Conceição Costa	13- Associação Moradores Costa Dourada
24- M ^a Graças R. Depolo Barcelos	
25- Rita Santana Sena Santos	14- Tree Consultoria
26- Rubens Benini	15- The Nature Conservancy - TNC
27- Anilson V. Conceição	14- Formas da Natureza
28- Valdineia Albuquerque	16- Conselho Desenvolvimento de Nova Viçosa
29- Renato Carneiro	17- Veracel
30- Virginia Camargos	
31- Humberto Amoedo	
32- Oscar Artaza	18- Raízes
33- Edmundo Guimarães	19- Associação de Guias da Costa do Descobrimento - AGTUR
34- Renato Cunha	20- Grupo Ambientalista da Bahia - GAMBA
35- Waldir Paixão Graciano	21- Associação de Moradores Oliveira Costa
36- Adam Cohen Torres	22- Assoc. Moradores Praia 2
37- Débora Brauer	23- Conselho Desenvolvimento Prado

38- Márcio Couto	24- Suzano
39- Mariana H. Andreatta	
40- Celso Maioli Júnior	25- Força Verde
41- Maria da Penha Oliveira	
42- Gesaías de Oliveira	
43- Marina P. Portela	26- Conselho Desenvolvimento de Nova Viçosa
44- Cleide S. V. Pereira	27- Conselho Desenvolvimento de Caravelas
45- Beline Passos	28- Conselho Desenvolvimento de Alcobaça
46- José Francisco Júnior	29- Natureza Bela
47- Sérgio Andrade	
48- Lucas	
49- Naomar Almeida Filho	30- UFSB
50- Joana Guimarães	
51- Asher Kiperstok	

MEMÓRIA

TEMA: CORREDORES E MOSAICOS FLORESTAIS / FLORESTAS PARA USO MÚLTIPLO

A reunião foi iniciada com a apresentação dos participantes e em seguida o secretário executivo comentou que a pauta estava muito carregada, em virtude da necessidade de concentrar o encontro em só um dia, para participação no Encontro Interinstitucional de Restauração e Conservação, do qual o Fórum Florestal é co-realizador. Solicitou então dos presentes que mantivessem o foco nas discussões, para melhor andamento dos trabalhos do dia. Pontuou a presença, como observadores, de membros do grupo ambiental Força Verde, de Guarapari, com intuito de reativar o Fórum Florestal do Espírito Santo. Além da participação dos Conselhos de Desenvolvimento de Caravelas e Alcobaça. Após essa introdução, foi feita a revisão da pauta e corrigida a referência ao projeto Formas da Natureza. E foi repassado breve histórico do Fórum Florestal para as instituições que estavam participando pela primeira vez.

TEMAS PENDENTES / ACOMPANHAMENTO

Notícias do acordo sobre Segurança nas Estradas: recuos, pontos críticos e sinalização (Fibria, Suzano e Veracel)

O representante da Veracel informou que após a volta de Humberto Amoedo das férias será combinada uma visita à área que compete à empresa.

***Notícias sobre comercialização de madeira na Costa do Descobrimento – autodeclaração ao Ministério Público e acompanhamento das compras (Suzano)**

O secretário executivo fez um histórico do episódio da compra de madeira pela Suzano e seus desdobramentos, para que as pessoas que não participaram das reuniões passadas entendessem o ocorrido. Lembrou que o episódio teve como consequência o acordo em que Suzano e Fibria estariam sujeitas as mesmas condicionantes que Veracel na Costa do



**DIÁLOGO
FLORESTAL**

FÓRUM FLORESTAL
DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA

Descobrimiento e que também foi acordado que qualquer compra que fosse feita na Costa do Descobrimiento pela Suzano teria notícia no FÓRUM BA, além da autodeclaração da Suzano ao MP de área de conversão.

Após o rápido histórico, o representante da Suzano informou que a empresa fez declaração de que não compraria mais madeira na Costa do Descobrimiento para encerrar este assunto. Quanto à denúncia de compra de madeira de áreas das quais houve supressão da mata atlântica após 93, afirmou que foi feita uma análise profunda e chegou-se a conclusão de que onde havia denúncia tinha problema e, a partir das informações da Natureza Bela, foi feita autodeclaração ao MP, informando que tinham problemas nessas áreas, com o pagamento de multas. Disse ainda que foi feita checagem profunda de todas as compras efetuadas e não se encontrou nenhum outro caso e que por conta deste episódio foram feitas mudanças de procedimento para compra de madeira, com metodologia bastante rigorosa, comparação de imagens, e que nenhuma madeira agora é comprada sem aval da área de sustentabilidade. Garantiu que, se por ventura aparecer algum negócio na região, a empresa submeterá o processo para análise de alguns integrantes do FÓRUM BA que conhecem melhor a região, seu histórico e processo de licenciamento. Pontuou ainda que Suzano reconheceu erro e o reparou na forma da lei.

O representante da Natureza Bela parabenizou a Suzano por estar buscando a legalidade, mas que desde 94 a empresa devia estar respeitando a lei e não comprando. Argumentou que a polêmica que o episódio acarretou deu oportunidade de muito aprendizado e que valeu para saber que vale a pena perseverar naquilo que se acha correto. Lembrou que a situação foi desagradável, que chegaram até a pesquisar seu CPF para ver se tinha alguma coisa que depusesse contra ele e que com a chegada do novo interlocutor da empresa no FÓRUM BA a coisa mudou. Afirmou que sofreu pressão até de membros da sua instituição, pedindo para parar com esta denúncia. Recordou que foram relatados 4 casos para a Suzano e que destes apenas no de Tadeu Niscio não houve nenhum problema, nem de licenciamento. Ressaltou que no caso em questão o FÓRUM BA está de parabéns, mas precisa ficar bastante atento, pois se fosse outro interlocutor que estivesse representando a Suzano, com outra política nefasta e não tão distante assim, o resultado poderia ter sido outro.

Outro representante da Suzano lembrou que um desdobramento do episódio da compra de madeira foi a realização de uma reunião na comunidade, com cerca de 10 pessoas, para explicar que a empresa cancelou o processo de compra por conta própria e não por interferência de pessoas da comunidade que são membros do FÓRUM BA. Observou que foi o próprio produtor que requisitou máquina da Suzano para abrir um local próximo ao rio para escoar a madeira, o que causou um dano ambiental na área, mas que durante a visita à comunidade viram que o local está em processo de recuperação. Por sua vez, o representante da Coopantar destacou que no local existiam pequenos pontilhões onde a água passava em baixo e que os mesmos foram aterrados, criando represas e quando chove muito elas transbordam e inundam a estrada. Pontuou que já reclamaram na Secretaria de Meio Ambiente, no FÓRUM BA, e que um representante da empresa foi à Caraíva e visitou estes locais, mas nada foi feito.



**DIÁLOGO
FLORESTAL**

FÓRUM FLORESTAL
DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA

O representante da ASCBENC observou que os fazendeiros acharam que ele e o representante da Cooplar mandaram as máquinas embora, quando na verdade o que eles pediram foi para a máquina refazer a canalização, pois não haviam sido colocadas manilhas para escoar a água nos 5 aterros que foram feitos.

Após os relatos, o representante da Suzano se comprometeu publicamente na plenária a recuperar o dano causado, mas fez questão de declarar que o representante da empresa no FÓRUM BA à época é um excelente profissional e era simplesmente porta voz da empresa. E que se ele não trouxe solução foi porque a empresa não deu condições para ele resolver.

Encaminhamento - técnicos da Suzano retornarão à área com representantes da comunidade, demarcar pontos e encaminhar solução com empresa.

O representante da Natureza Bela falou sobre a mensagem encaminhada para o grupo relatando a reunião e solicitando da empresa a recuperação de escolas, entre outras coisas, como condicionante, se posicionando contrário a estas solicitações como se fossem condicionantes, pois recuperação de escola e iluminação pública compete à prefeitura e condicionante não é isso.

O representante da Suzano aproveitou para lembrar que a empresa possui critérios, metodologia, e vincular uma coisa a outra não é oportuno. O representante da Cooplar, por seu turno, argumentou que o fato em si trouxe danos ambientais e morais para alguns membros perante a comunidade e que cabe ao MP avaliar e ver quem tem que corrigir o dano ambiental: o dono da propriedade, prefeitura que deu licença para cortar e retirar eucalipto. Afirmou que as coisas não poderiam ficar dessa forma, pois sempre que algo assim acontece ninguém é punido, reforçando o argumento que Suzano tem parcela de culpa também.

O representante da Natureza Bela pediu que sejam divulgadas as outras compras de eucalipto pela Suzano na região, ao que o representante da Suzano respondeu que a divulgação será feita, no máximo, na próxima reunião do FÓRUM BA. Observou ainda que faltou no relato uma informação importante: quem comprou a madeira da fazenda de Nova Caraíva foi Beto Pinto e que o mesmo fez autodeclaração ao MP de que a madeira que saiu de lá e foi para área dele para fazer tratamento da madeira.

CORREDORES E MOSAICOS FLORESTAIS

Base georreferenciada do Extremo Sul da Bahia – status do trabalho (Veracel)

O representante da Natureza Bela comentou o esforço grande de trabalho integrado com organizações que atuam na região, que envolve desde Parque do Descobrimento até o do Monte Pascoal com instituições que trabalham com restauração também. Citou a importância de se ter uma base de planejamento para um trabalho integrado, compartilhando informações, de maneira que possa ajudar a integrar as ações no Mosaico – do Parque do Descobrimento à RPPN Estação Veracel - e sugeriu que na próxima reunião do GT, a partir das informações preliminares, o mapa já pode estar formatado, com compilação das áreas

restauradas pelas empresas e pelas organizações que atuam nessa região. Lembrou que estas informações tem que ser padronizadas, com vocabulário comum e jeito de atuar dentro do mesmo padrão, até o jeito de representar as informações.

Outro representante da Natureza Bela propôs que, a partir das informações preliminares, na próxima reunião do GT seja apresentado qual trabalho está sendo feito e por qual instituição ou empresa, para que se tenha idéia do que já foi e está sendo restaurado na área de abrangência das 3 empresas. Disse que as legendas sejam padronizadas, em função do Plano Municipal da Mata Atlântica, com vocabulário comum e jeito de atuar dentro do mesmo padrão, incluindo o modo de representar as informações.

O representante da Veracel complementou que o trabalho do Gambá – Planos Municipais da Mata Atlântica nos municípios da área de influência da Veracel - tem que estar compatibilizado com esta base, para que os resultados gerados de todos os trabalhos tenham coerência interna.

O representante do Projeto Raízes disse que, quando precisou de informações sobre a região, teve que consultar o Atlas da SOS Mata Atlântica, cuja escala é de 1 / 50.000. Propôs que, a partir das informações que já existem, se faça um monitoramento das novas unidades de conservação e também um estudo do que está acontecendo com as unidades de conservação ao longo do tempo.

O representante da Veracel observou que, para este estudo específico, comparando anos e momentos específicos, pode-se buscar recursos do BNDES, o que seria um ótimo produto para ser feito através desta base, inclusive por alguma organização ligada ao FÓRUM BA.

O representante da Natureza Bela afirmou que as organizações que atuam no Mosaico estão focadas na restauração florestal, elaborando projeto para BNDES, e estão num estágio diferente, mas que é importante estimular estudiosos e pesquisadores a trabalhar em cima deste material.

O secretário executivo pontuou que no mapa que será elaborado deve ser colocado nas legendas quanto tem de restauração feita pela Veracel, Natureza Bela, IBio, MDPS, complementando com o que se tem hoje. Mencionou que a metodologia seja usada no processo de conectividade não apenas com objetivo de fazer restauração em unidades de conservação e terras indígenas, mas também para incluir terras privadas, solicitando que Fibria e Suzano aportem os dados de restauração nas suas áreas.

A representante da Veracel lembrou que a metodologia que está sendo usada é a mesma dos Mosaicos Florestais Sustentáveis.

O secretário executivo fez um breve relato sobre o Monitoramento Independente da Cobertura Florestal, lembrando que as premissas foram a credibilidade dos dados apurados e que os mesmos fossem imediatamente tornados públicos. Explicou o funcionamento do grupo de acompanhamento, com membros do FÓRUM BA, Subcomitê da Reserva da Biosfera e

Conselho do Mosaico, apresentando como sugestão que os membros do grupo de acompanhamento (GA) sejam membros do GT do Fórum BA, abrindo participação para 1 ou 2 pessoas no grupo, frisando que este grupo vai revisar o edital e vai fazer o acompanhamento de tempos em tempos para monitorar os resultados. Lembrou que já foram convidados o MP, Serviço Florestal Brasileiro, além do conselho gestor do Projeto Arboretum e do Instituto Federal Baiano, que ainda não respondeu à solicitação. Quanto ao edital, o secretário executivo falou da possibilidade de ser um edital único ou dois – contemplando os territórios da Costa do Descobrimento e do Extremo Sul.

Mencionando que a empresa tem experiência nesse edital, o representante da Veracel sugeriu editais específicos, por conta do tamanho da região, que possam refletir os anseios do FÓRUM BA, mas com metodologia comum para evitar geração de produtos distintos.

O representante do Projeto Raízes sugeriu a inclusão de um representante dos conselhos de desenvolvimento de Prado, Caravelas e Itamaraju no grupo de acompanhamento, uma vez que o monitoramento diz respeito à região, além de ser uma das finalidades do FÓRUM BA a qualificação do debate ambiental na região. Desta forma, o Fórum BA funcionaria como uma escola que contribui com sua experiência para outras instâncias de debate e que auxilie estes conselhos a ver outra forma de trabalhar e se envolver com a realidade. Finalmente, considerou que, não havendo problemas com a questão de recursos, seria importante a participação destes conselhos no grupo de acompanhamento.

Embora considerando legítima a demanda do representante do Projeto Raízes, o representante da Veracel externou sua preocupação com o tamanho do grupo e com a dispersão geográfica, afirmando que não é tamanho do grupo que vai garantir a qualidade do produto final. E ressaltou que um grupo menor muitíssimo bem representado vai trazer para o FÓRUM BA o resultado esperado. Propôs um grupo único para fazer acompanhamento das 2 situações (Costa do Descobrimento e Extremo Sul) e que a plenária seja o grande fórum de acompanhamento. Lembrou que o FÓRUM BA é espaço de aprendizado e é incluyente e não é espírito excluir a participação dos conselhos, mas reforçou que o grupo deve ser o menor possível, para se ter a segurança de que está se fazendo coisa muito próxima e não banana e laranja. Lembrou que a Costa do Descobrimento também tem conselhos que estão atuando de forma ativa e que é preciso ter cuidado para não inviabilizar o grupo de acompanhamento (GA) aumentando muito seu tamanho. A outra representante da Veracel disse que no outro monitoramento o GA tinha 9 pessoas que no primeiro momento as questões são muito técnicas e tem que ser mais objetiva e mais focada.

Entre as propostas de GA maior ou menor, o secretário executivo disse preferir o GA menor e que a ampliação se dê no momento da capacitação e publicidade dos resultados. Por sua vez, o representante do Projeto Raízes afirmou que para os conselhos o monitoramento na área da Veracel é referência, que o interesse atual é no monitoramento de Prado a Mucuri, sendo que o consórcio ou organização responsável poderia apresentar as informações periodicamente aos conselhos de desenvolvimento, incluindo isso no edital de lançamento e no termo de referência, independente de participação nas plenárias do FÓRUM BA.

Apresentação de Planos Municipais de Conservação e Restauração da Mata Atlântica (PMMA)

PMMA no Território de Identidade do Descobrimento – municípios da área de influência da Veracel (GAMBA)

PMMA de Porto Seguro – adaptação às mudanças climáticas com enfoque nos ecossistemas (Conservação Internacional - CI)

Foi apresentado o trabalho em parceria entre MDPS, SOS Mata Atlântica, Prefeitura de Porto Seguro, Conservação Internacional e Gambá, para realização do PMMA de Porto Seguro, com previsão de realização da 1ª oficina de diagnóstico nos dias 1 e 2 de outubro, e oficina para o plano de ação nos dias 06 e 07 de novembro, cujo resultado será em seguida encaminhado para Conselho Municipal de Meio Ambiente para discussão e aprovação. Há previsão de elaboração de outros nove Planos, financiados pela Veracel, nos municípios de sua área de influência, com metodologia desenvolvida pelo GAMBÁ (apresentações em anexo).

Iniciando os debates, o representante da Suzano sugeriu que se evidenciem os problemas comuns a mata atlântica nesses municípios, como o roubo de jussara e tráfico de animais, para se colocar na manifestação nacional.

O representante do Gambá afirmou que é importante aproveitar o CAR para fortalecimento da gestão municipal, que é carente, exemplificando com Caxias do Sul que tem 50 técnicos na área ambiental e Porto Seguro que é o município melhor estruturado da região e, mesmo assim, ainda são vistas as deficiências da gestão municipal.

O representante do Projeto Raízes destacou a grave situação do Prado até Mucuri, dizendo que a iniciativa é muito bem-vinda, principalmente se tiver a oportunidade de montar o plano municipal da mata atlântica também nestes municípios e começar esta discussão junto aos conselhos de desenvolvimento sustentável.

Perguntado sobre a duração do plano, o representante do Gambá afirmou ser de 9 a 10 meses, mas que dá para fazer mais rápido, a depender da equipe que tenha à disposição. Em Porto Seguro o processo deve durar de 6 a 8 meses, pois só conta com 5 pessoas. Falou de João Pessoa-PB, onde o processo durou 4 meses. Sobre quanto custa, afirmou não existir uma resposta única, mas que varia entre R\$ 50 e R\$ 90 mil.

O representante da Força Verde perguntou o que foi feito em João Pessoa.

O representante do Gambá disse que foi feito um plano de arborização urbano e a consolidação de 2 unidades de conservação municipal. Já em Maringá se fez IPTU ambiental que remunera propriedades com florestas e determinou-se o dobro do previsto no Código Florestal para larguras APPs, além de propor relocação de construções em lugares indevidos. Em ilhéus, elegeu-se conservação da mata com enfoque produtivo, utilizando experiência da CEPLAC e do cacau cabruca, além da melhoria do parque municipal.

Foi sugerida a integração da CEPLAC ao plano em Porto Seguro e também da ASPEX, composta por importantes atores regionais - produtores rurais que estão entrando em processo de certificação pelo FSC. Finalizando, o representante do Gamba afirmou que o vai ser feito com o plano depende da comunidade se apropriar do que foi construído e que a intenção é que o plano seja da sociedade e não da prefeitura.

FLORESTAS PARA USO MÚLTIPLO

Alternativas à madeira nativa na TI Barra Velha (Secretaria Executiva)

- Proposta de ampliação do Artesão Legal (Secretaria Executiva / Raizes)
- Fundo Pataxó (Natureza Bela)
- Fomento ao plantio de madeira / manejo de exóticas (Secretaria Executiva)

A introdução do tema foi feita pelo secretário executivo, explicando o item de pauta decorrente do trabalho de restauração feito pela Cooplanjé e a necessidade de construir alternativas para geração de renda, identificando o caso como o principal problema socioambiental da região. Seguiu-se apresentação do projeto Formas da Natureza, que poderia servir como modelo para comunidades em torno do Monte Pascoal (apresentação em anexo).

O representante da Associação de Oliveira Costa argumentou que o eucalipto não substitui todas as formas de trabalhos com arte, citando como exemplo cadeiras de eucalipto que tiveram de ser substituídas por motivo de empenamento.

O representante da Natureza Bela argumentou que os Pataxó querem alternativa ao artesanato, para sair desta atividade, e alguns chegam a afirmar que entregariam seus tornos, desde que exista alternativa de trabalho para família.

O representante do Projeto Raizes afirmou que esta preocupação existe há muito entre os Pataxó, que agricultura não é para todo mundo e quando não dá certo voltam para atividade que conhecem melhor, acreditando que não vão abandonar o artesanato. Por sua vez, o representante da Fibria afirmou que o tema é um desafio para o FÓRUM BA e que poderia ser aproveitada madeira de espécies invasoras, mas não há segurança jurídica, uma vez que a legislação baiana ainda não permite.

O representante da Veracel reforçou a argumentação do representante do Projeto Raizes de que não se pode ir contra a realidade de que para centenas de pessoas quando a coisa aperta a resposta mais rápida é artesanato. Mencionou buscar outras formas de trabalhar com madeiras alternativas, mas que essa mentalidade não muda da noite para o dia e que assunto dificilmente terá solução no âmbito do FÓRUM BA. Apesar disso, afirmou, o momento é bom, e ABAF levar a demanda até secretário de estado para mudar e acomodar a legislação. Lembrou que estado é responsável por criar políticas públicas de melhoria da qualidade de vida e sustentabilidade.



**DIÁLOGO
FLORESTAL**

FÓRUM FLORESTAL
DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA

O secretário executivo citou que nas aldeias de Boca da Mata, Meio da Mata e Cassiana pessoas que saíram da atividade de artesanato criaram a Cooplanjé, mas não têm garantia de continuidade de trabalho até agora. Falou que, das cerca de 1080 famílias (aproximadamente 6 mil pessoas) que vivem na terra Indígena de Barra Velha e Águas Belas, uma em cada quatro famílias tem seu sustento baseado na extração ou beneficiamento de madeira nativa e que boa parte quer sair destas atividades, porém é preciso construir alternativas, como agroflorestas e artesanato com madeira plantada. Referiu-se ao sistema de fomentados da Veracel, em que o produtor vai recebendo ao longo do tempo, como um modelo ótimo e que pode ser usado para outros tipos de madeira, para outros tipos de uso. E propôs retomar o tema na próxima reunião do FÓRUM BA, para se pensar a viabilidade de financiamento público para programa de fomento à produção florestal para uso múltiplo.

Silvicultura com espécies nativas e impacto do novo código florestal

A representante do IPEF iniciou sua explanação informando que iria juntar 2 assuntos: silvicultura com espécies nativas e o impacto do novo código florestal. Falou que quem não tem RL vai ter que ter e que é uma área onde se pode fazer manejo e se deve fazer o desenho pensando nisso. Lembrou que não pode ter corte raso, o que coloca em pauta lei florestal anterior. Fez comparações entre a floresta de eucalipto e de nativas, afirmando que a diferença não é só de crescimento, enquanto na floresta de eucalipto o crescimento das mudas é uniforme e com nativa uma muda fica bonitinha e outra não cresce, que então percebemos que namoramos muito com ecologia e pouco com silvicultura, que restauração copiou tudo que precisava do eucalipto só na hora do plantio, pois existe diferença de desempenho e esforço quando se planta eucalipto e nativa: quando planta eucalipto não falha um e nativa falha 40%. Segundo a mesma, a ciência florestal, quando se trata da nativa, tem um desempenho ridículo comparado com silvicultura e, na restauração ecológica, não basta modelo, tem que ir com muita força. E perguntou o procedimento de quem trabalha com restauração, se sempre faz a mesma coisa, independente se foi roça há mais ou menos tempo?

O representante da Coopplantar disse que identifica espécies que já eram dali, a partir do banco de sementes, resgata as que são dali, e nas áreas que eram florestas na época e vivaram pastos, fazer o máximo possível para tirar braquiária. Explicando ainda o procedimento para saber se a muda está tendo bom crescimento.

A representante do IPEF argumentou que nossa ciência florestal está impregnada de monocultura e que para o eucalipto ficar “penteado” foram 30 anos de pesquisa. Quando se vai trabalhar com mata nativa, o manejo de floresta é pensado como se fossem filas de árvores e estivessem todas do mesmo tamanho. Ressaltou que serraria pequena precisa de 600 m³ de madeira por mês, ou seja, 2 ha de madeira que gera 15 empregos. Informou que Capão Bonito tem um centro da Fatec para produção de eucalipto para serraria, e que tem algumas espécies que se estiverem na RL dão dinheiro, a exemplo do palmito e seringueira, também o SUS, que está comprando plantas medicinais, como a espinheira santa, e que é preciso fazer levantamento das espécies que tem valor madeireiro e não madeireiro, mas o mais importante é levar em consideração que os tratos culturais - combate à formiga e tudo

que atrapalha o crescimento - são fundamentais. Informou que, para ela, o melhor modelo é fazer no centro plantio de restauração e na borda exótica ou nativa (unidade de produção rodeada de unidade de conservação). Expôs em seguida a teoria dos filtros (Teoria da Giselda Durigan): orientação assistida, no máximo enriquecimento, e utilização de herbicida como meio eficiente de se controlar o filtro biótico. E ensinou: espécie invasora se estabelece e fica enchendo o saco. Como saber em que degrau estamos? Se tiver braquiária em mais de 50% da área, aplique herbicida. Não aplique e saiba que vai ter um monte de árvores com capim embaixo. Se não quiser herbicida, nem 15% consegue eliminar na enxada. Quando acabar o mundo só vai sobrar braquiária e tilápia, com sombra de acácia.

Fez em seguida uma explanação sobre a diferença de lei e código, lembrando que o papel da lei é só um pedaço, e pequeno, da busca pelo desenvolvimento sustentável e que mesmo que se cumpra todas as leis ainda não haverá garantia que o resultado seja ambientalmente correto. Segundo a nova lei, as APPs devem ser mantidas como vegetação nativa e tem que ser recompostas, com 2 exceções que são topo de morro e as beiras dos cursos d'águas. Sobre os cursos d'água, afirmou que no código antigo determinava como o local 'onde a água chega todos os anos' e novo código diz nas calhas, definição que vai fazer diferença principalmente na Amazônia. Falou que a lei mudou tanto ao longo do tempo que não tinha nenhum proprietário florestal totalmente legalizado, e teve quem dormiu dentro da lei e acordou com obrigação nova. Quem desmatou depois de 22 de julho de 2008, dia do programa mais ambiente, pode ler as disposições transitórias; se você desmatou após 2008 esqueça as disposições transitórias e fique nas disposições gerais. Para declarar as áreas desmatadas até 2008, o proprietário primeiro tem que se cadastrar no CAR : famoso, devo não nego. Matrículas vizinhas, grudadas, de mesmo dono, equivale a um imóvel. A pessoa é que vai dizer se quer desmembrar para ficar com menos, porque o CAR é autodeclaratório e a declaração é em cima de imagem de satélite, se não tiver documento exporta um desenho que já tem e desenha um polígono. Se houver briga com vizinhos, pode brigar, mas não significa que área é tua, significa que você diz que é sua. Quando faz o CAR significa que você disse 'devo, não nego', e se compromete que vai fazer plano de restauração ambiental. Para conseguir financiamento tem que ter certificado de regularidade ambiental. A representante do IFEP ressaltou que o novo código resgatou o conceito de imóvel, que estava no Estatuto da Terra, de 1964, para ajudar na reforma agrária, com conceito de pequena, média e grande propriedade, e de módulo fiscal, que varia de município para município. A idéia é que ninguém receba menos que um módulo que é o mínimo necessário para uma família. Quem tem até 4 módulos fiscais é considerado pequeno e não precisa recompor a RL, mas tem que preservar. APP e RL não se juntam. Nos 20%, RL recomposta e em processo de recomposição entra na conta para todo mundo.

O representante da Fibria enalteceu a Bahia, onde, dos 7 estados em que a empresa atua, tem 20% da RL averbada. Sobre a retirada de exóticas de APP, afirmou que técnicos do Inema não se sentem confortáveis em dar autorização e que os mesmos estão amarrados porque não tem dispositivo legal, o que significa que, quando retirar uma exótica que caia para o lado errado, isso pode derrubar 10 arvorezinhas lindas e colocar 10 CREAs na cadeia.



**DIÁLOGO
FLORESTAL**

FÓRUM FLORESTAL
DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA

A representante do IFEP informou que em SP, quando se vai recuperar mata ciliar, só se comunica, pois existe autorização especial para retirar árvores se vier de instituição confiável. Quando se faz licenciamento, especifica qual volume e forma de colheita. Mencionou que sempre trabalhou com pessoas que preservam RL e não conhece nenhum que lamenta ter recuperado RL. Falou do desmatamento em SP que foi incentivado até 89, com matrícula não expressa, e cada desmembramento era um pedaço desmatado.

O representante da TNC teceu comentário sobre o cenário do Extremo-Sul da Bahia, a partir de sua experiência em SP e MG, apostando que CAR e PRAR vão gerar de demanda de restauração para cooperativas em curto prazo.

A representante do IFEP concordou e completou dizendo que quando começar a valer o CAR nacional, se BA não tiver o dela vai ter que cadastrar no nacional. E concordou que vai haver forte demanda por restauração.

O representante da Natureza Bela questionou a representante do IFEP como ela explicaria que a Suzano possa estar adquirindo madeira de origem ilegal e mesmo assim estar tendo sua produção certificada pela FSC, que por sua vez parece causar "cólicas" nas empresas quando estão por vir, mas não nos convence a respeito da seriedade sobre seus critérios, haja vista aceitar licenças ilegais e madeiras de origem ilegal nos pátios.

Em resposta a representante do IFEP informou que a compra da madeira ilegal deve ter ocorrido pela necessidade da empresa em suprir seu estoque, mas tinha convicção que foi um equívoco. Sobre o FSC ela comentou que a certificação não avalia estoques e licenças, que haviam certificadores bastante rigorosos e outros não, que quando sabiam os nomes daqueles que iriam monitorar e, a depender dos certificadores, havia uma articulação para prestar todos os esclarecimentos necessários e outras vezes não era necessário tudo isso. Completou sua resposta afirmando que a certificação dificilmente consegue resolver tudo e que não acredita que a empresa agiu de má-fé, pois quando coisa aperta, se despercebe de algumas coisas e que, no dia a dia, quando falta madeira ela dá um surucupico, mas não tem isso como regra. Completou argumentando que certificação e restauração florestal são conquistas da sociedade. E de vez em quando, no entanto, as coisas funcionam só com barulho.

O representante da Suzano se referiu a auditoria da custódia de madeira, na qual estes casos foram apresentados para certificadora e receberam uma "não conformidade" por conta disto. O representante da Veracel avaliou que o processo de certificação é ponta do iceberg, pois é amostral e não é 100% e que empresas devem ter mecanismos de controle e mitigação, mais do que a auditoria ter o compromisso de fazer valer.

O representante da Natureza Bela externou sua preocupação é quando o Fórum desce um degrau, referindo-se a compra de madeira pela Suzano, que as conquistas deveriam ser permanentes e que parte dos membros do FÓRUM BA foram bastante condescendentes com a situação de 2010 para cá, criando o estupro consentido, e que, após o episódio do recuo da Suzano, voltou-se à coerência.

Finalizando o debate, o secretário executivo comentou que esta era uma reunião atípica do FÓRUM BA, pois se tratava mais propriamente de uma aula. Disse que, também, sentiu em momentos mais tensos, que estava se descendo um degrau, temendo que o FÓRUM BA pudesse não ir conseguir levantar. Mas após o episódio subimos os degraus de novo, para um patamar interessante. Falou da importância de não perder esse momento e não deixar de ser propositivo nos temas: madeira de uso múltiplo, desmatamento, artesanato, e que é preciso construir alternativas para questões agudas, pontuais, e também para as mais gerais.

Florestas para uso múltiplo: Anuário da ABAF (apresentação em anexo)

O representante do Projeto Raízes questionou se o caso das exportações de polpa de celulose pelo Portocel-ES não interfere nos créditos de exportação, e se mostrou apreensivo com a questão dos impostos ser prejudicial para municípios da Bahia, inclusive arrecadação do ICMS. Destacou que ICMS Ecológico é importante para municípios que tem eucalipto e para quem tem unidades de conservação.

O representante da ABAF explicou que, pela Lei Kandir, o estado não perde, é ressarcido por essas contas. A representante de Costa Dourada citou o caso de Mucuri, que tem a maior concentração de eucalipto da região, e perguntou se é possível saber quanto cada empresa arrecada. O representante da ABAF informou que sim, pois os relatórios são minuciosíssimos, e que disponibilizaria Informativo para circular na rede. Concordou que, tal como está, há injustiça fiscal e que uma parcela do ICMS deveria contemplar os municípios com maior maciço florestal. Citou o ICMS Ambiental como possível saída e expôs ainda os números da atividade florestal na Bahia: 93 empresas e 40 mil empregos diretos. Citou que a injustiça fiscal é grande e que nos EUA a mercadoria circula livremente sem nota fiscal até chegar na venda final, quando é cobrado o imposto, dizendo que é preciso trabalhar lei do ICMS Ambiental e fazer chegar um pouco mais nos municípios que estão sofrendo essa injustiça e beneficiar municípios que estejam ambientalmente corretos.

O representante do Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Alcobaça argumentou que a distribuição do ICMS desagrade à região e afirmou que Alcobaça é o maior município do Brasil em plantio de eucalipto e recebe o mesmo repasse que Xique-Xique, que não tem plantio, pontuando que FÓRUM BA tem que trabalhar nesta questão. O representante da Veracel afirmou que é no município que as coisas se concretizam e que sofrem porque não se legisla sobre o assunto. Falou de um estudo feito pelo Instituto Labareda (?), que propõe uma redistribuição de alíquotas que permite ao município ter ingerência maior e afirmou que com a base plantada todos municípios da região tiveram melhoria. Em seguida, sugeriu levar assunto para GT e tentar com o FÓRUM BA fazer gestão nas Câmaras de Vereadores e influenciar para que Assembleia Legislativa do estado aprecie a matéria.



O secretário executivo concordou com a sugestão e falou ainda que é preciso discutir o convite aos membros dos conselhos de desenvolvimento sustentável no FÓRUM BA.

Em seguida, foi finalizada a reunião do Fórum Florestal, cujos membros puderam assistir, na mesma noite, a apresentação da Universidade Federal do Sul da Bahia, cujos representantes participaram da reunião do Fórum Florestal como convidados.